

**APMR Investimentos e Participações S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP -  
Brasil Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas da  
APMR Investimentos e Participações S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da APMR Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

**Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras**

Durante o exercício de 2012, a Companhia adquiriu participações societárias na Comercial de Veículos Divena Ltda., na Divena Litoral Veículos Ltda. e na Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda. no montante total de R\$ 5.997 mil, avaliando tais investimentos pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia nessas aquisições registrou um ganho por compra vantajosa de R\$ 16.339 mil que está sendo apresentado como redutor da conta de investimentos. Entretanto, até o final de nossa auditoria de 2013 e 2012, a Administração da Companhia não providenciou a avaliação do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis das investidas, conforme requerido pelas práticas contábeis. Consequentemente, não foi possível avaliarmos os impactos contábeis em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no saldo das contas de investimentos e ganho por compra vantajosa, caso essas aquisições tivessem sido registradas de acordo com o Pronunciamento CPC nº 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A Companhia possui investimentos relevantes nas empresas Comercial de Veículos Divena Ltda., Divena Litoral Veículos Ltda. e na CLA Adm. e Participações Ltda., avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os quais estão registrados no balanço patrimonial por R\$ 19.161 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 21.188 mil em 2012) e no resultado do exercício por R\$ 2.027 mil (R\$ 2.585 mil em 2012). As demonstrações financeiras desses investimentos não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Conforme Nota Explicativa nº 5, a Companhia possui aplicações em Cédula de Crédito no exterior referenciada em “bonds” (debêntures) no montante de R\$ 10.282 mil (R\$ R\$ 24.721 mil em 2012). O valor de mercado dessas aplicações deveria ser apresentado na Nota Explicativa nº 17, conforme requerido pelas práticas contábeis de divulgação das demonstrações financeiras. Consequentemente, não nos foi possível determinar se o valor de mercado divulgado na Nota Explicativa nº 17 seria diferente do valor contábil.

O saldo de reservas de lucros desde 31 de dezembro de 2012 estava ultrapassando o valor do capital social sendo que durante o exercício de 2013 não houve a realização de assembleia envolvendo a liberação em relação a esse assunto. Esse fato está em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 e modificações posteriores que determina que, a Assembleia deverá deliberar o excedente para integralização, aumento de capital ou distribuição de dividendos. Consequentemente, não nos foi possível determinar os efeitos nas rubricas mencionadas anteriormente.

**Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APMR Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 05 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin  
Contador CRC 1SP142133/O-7

## APMR Investimentos e Participações S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	376	140	Empréstimos e financiamentos	10	53.904	48.216
Aplicações financeiras	5	64.255	66.881	Dividendos a pagar	13	17.465	21.787
Títulos e valores mobiliários	6	9.450	10.957	Impostos e contribuições a recolher		128	117
Empréstimos - partes relacionadas	7	15.158	13.551	Impostos de renda e contribuição social		-	159
Impostos a recuperar		1.767	716	Outras contas a pagar	11	4.093	5.925
Outras contas a receber		4.073	2.390				
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>95.079</u>	<u>94.635</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>75.590</u>	<u>76.204</u>
Investimentos	8	221.797	194.816	Empréstimos e financiamentos		43.002	-
Outros investimentos		-	5	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>43.002</u>	<u>-</u>
Imobilizado	9	56.058	-	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>277.855</u>	<u>194.821</u>	Capital social	13	75.000	30.000
				Reserva de lucros		179.342	183.252
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>254.342</u>	<u>213.252</u>
				<b>Total do passivo</b>		<u>118.592</u>	<u>76.204</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>372.934</u>	<u>289.456</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>372.934</u>	<u>289.456</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# APMR Investimentos e Participações S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	14	(10.144)	(1.831)
Equivalência patrimonial	8	47.873	44.079
Outras receitas operacionais		355	61
Outras despesas operacionais		<u>(1.132)</u>	<u>(2)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>36.952</u>	<u>42.307</u>
Receitas financeiras	15	11.794	12.557
Despesas financeiras	15	<u>(11.978)</u>	<u>(8.393)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>36.768</u>	<u>46.471</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	<u>-</u>	<u>(604)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>36.768</u></u>	<u><u>45.867</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# **APMR Investimentos e Participações S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>36.768</u>	<u>45.867</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>36.768</u></u>	<u><u>45.867</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# APMR Investimentos e Participações S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<u>12.457</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>170.063</u>	<u>182.520</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.867	45.867
Aumento de capital social com utilização de juros sobre capital próprio deliberados em 2011 - 20/06/2012	652	-	-	-	652
Aumento de capital social com utilização de lucros acumulados - 20/06/2012	10.891	-	-	(10.891)	-
Aumento de capital social em dinheiro - 20/06/2012	6.000	-	-	-	6.000
Destinação:					
Constituição de reserva legal	-	2.293	-	(2.293)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(21.787)	(21.787)
Transferência para reserva de lucros	-	-	180.959	(180.959)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>30.000</u>	<u>2.293</u>	<u>180.959</u>	<u>-</u>	<u>213.252</u>
13					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.768	36.768
Aumento de capital social com reserva de lucros - 16/12/2013	23.213	-	-	(23.213)	-
Aumento de capital social em dinheiro - 16/12/2013	21.787	-	-	-	21.787
Destinação:					
Constituição de reserva legal	-	1.838	-	(1.838)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(17.465)	(17.465)
Transferência para reserva de lucros	-	-	(5.748)	5.748	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>75.000</u>	<u>4.131</u>	<u>175.211</u>	<u>-</u>	<u>254.342</u>
13					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# APMR Investimentos e Participações S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	36.768	45.867
Ajustes para:		
Equivalência patrimonial	(47.873)	(44.079)
Depreciação	4.111	-
Imposto de renda e contribuição social	-	604
	<u>(6.994)</u>	<u>2.392</u>
<b>(Aumento) diminuição nos ativos</b>		
Aplicações financeiras	2.626	(9.818)
Títulos e valores mobiliários	1.507	(1.097)
Impostos a recuperar	(1.051)	(595)
Distribuição de lucros - recebidos	25.550	19.780
Empréstimos - partes relacionadas	(1.607)	(1.057)
Outras contas a receber	(1.683)	(2.172)
<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>		
Impostos e contribuições a recolher	11	(114)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(159)	(601)
Outras contas a pagar	(1.832)	(2.622)
	<u>16.368</u>	<u>4.096</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(60.169)	-
Baixa de participações societárias	25.703	-
Baixa do ágio do Banco Luso	9.360	-
Aquisição de participações societárias	(39.495)	(32.600)
	<u>(64.601)</u>	<u>(32.600)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</b>		
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Empréstimos	48.469	21.275
Aumento de capital	-	6.652
	<u>48.469</u>	<u>27.927</u>
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		
<b>Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>236</u>	<u>(577)</u>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	140	717
No fim do exercício	<u>376</u>	<u>140</u>
	<u>236</u>	<u>(577)</u>
Aquisição de participações societárias ainda não liquidadas	<u>221</u>	<u>5.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A APMR Investimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma holding que tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A APMR Investimentos e Participações S.A. é uma Companhia do Grupo Ruas, utilizando-se dos seus recursos administrativos, financeiros e tecnológicos. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A Companhia possui controle compartilhado da Montgomery Participações S.A. que tem por objeto social a participação em outras sociedades, nos termos das disposições legais aplicáveis. A Montgomery é detentora de 30% do capital votante da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 05 de agosto de 2014.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Determinação da vida útil dos bens do imobilizado
- Nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a. Moeda estrangeira**

##### **(i) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

#### **b. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme

incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, empréstimos - partes relacionadas e outras contas a receber.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e depósitos bancários, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

#### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem outros investimentos.

#### **(iii) *Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e outras contas a pagar.

### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2013 e 2012.

### ***Capital social***

#### ***Ações ordinárias***

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### ***Dividendos mínimos obrigatórios***

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados.

## **c. Ativos circulantes e não circulantes**

### ***Investimentos***

Os investimentos em controladas em conjunto e em coligadas onde a Companhia possua uma influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

### ***Imobilizado***

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

#### ***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### ***Depreciação***

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos

arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

### ***Arrendamento mercantil***

#### ***Arrendamento financeiro***

Os bens adquiridos nesta modalidade são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### **d. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

#### ***Provisões***

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### **e. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos entre partes relacionadas e empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras e impostos sobre operações financeiras. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia não constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, devido não preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

**g. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquela que pode ser relevante para a Companhia está mencionada abaixo.

***IFRIC 21 - Tributos***

A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)***

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual são mantidas as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração no pronunciamento vigente, correspondentes a esta norma. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.



#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	21	20
Bancos conta movimento	355	120
	376	140

#### 5 Aplicações financeiras

	Vencimento	Rendimento	2013	2012
Banco Safra	21/12/2015	100%CDI	14.385	148
Banco Citibank	17/01/2014	100%CDI	36.147	42.012
Banco Luso Brasileiro	20/03/2014	100%CDI	3.415	-
Banco Safra	02/12/2014	100%CDI	22	-
Banco Safra	26/12/2014	100%CDI	4	-
Banque Privee Espírito Santo	27/02/2013	0,20% a.a	-	2.670
Banque Privee Espírito Santo	25/07/2016	5,75% a.a	-	2.966
Banque Privee Espírito Santo	21/09/2017	5,75% a.a	-	2.616
Banque Privee Espírito Santo	18/10/2017	1,875% a.a	-	1.632
Banque Privee Espírito Santo	20/05/2019	4,375% a.a	2.641	3.988
Banque Privee Espírito Santo	21/10/2019	6,875% a.a	1.962	3.308
Banque Privee Espírito Santo	04/11/2019	5,00% a.a	1.708	2.705
Banque Privee Espírito Santo	10/01/2023	3,75% a.a	-	2.920
Banque Privee Espírito Santo		(*)	3.971	1.916
			64.255	66.881

(\*) Aplicações com diversas remunerações baseados em fundos no mercado europeu, não sendo possível atrelar a um único rendimento.

As aplicações financeiras no Banco Privee Espírito Santo referem-se a aplicações em Cédula de Crédito no exterior referenciada em *bonds* (debêntures) com renda fixa. As demais aplicações financeiras nos bancos Safra, Citibank e Luso Brasileiro são lastreadas em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Apesar de algumas aplicações financeiras apresentarem vencimentos de longo prazo, elas são classificadas no curto prazo uma vez que não possuem características restritivas de resgate e são resgatadas antes do vencimento e de acordo com a necessidade de caixa. Adicionalmente, todas as aplicações financeiras são de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

## 6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Ação	Data da compra	Valor de custo	Valor justo em 2013	Valor justo em 2012
Safra	CCR03	27/10/2009	1.459	3.071	3.361
Safra	VALE5	27/10/2009	1.985	1.607	2.007
Safra	PETR4	27/10/2009	6.774	2.999	3.428
Safra	BVMF3	30/11/2007	1	1	1
Concórdia	CSNA3	17/12/2009	650	598	493
Concórdia	PETR4	17/12/2009	1.341	939	1.074
Concórdia	POMO4	17/12/2009	71	235	593
			12.281	9.450	10.957

## 7 Empréstimos - Partes relacionadas

Ativo	Modalidade	Encargos	Mês de Vcto.	2013	2012
Santa Amélia Participações S.A.	Mútuo	(a)	(a)	15.158	-
Montgomery Participações S.A.	Mútuo	115% CDI	30/03/2013	-	13.551
Ativo circulante				15.158	13.551

Passivo	Modalidade	Encargos	Mês de Vcto.	2013	2012
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	(a)	(a)	5.475	9.612
Caio Induscar Indústria Comércio de Carroceria.	Mútuo	(a)	(a)	221	-
VT Cunha Participações Ltda.	Mútuo	10,78% a.a.	30/06/2014	10.561	9.703
Empréstimos dos sócios	Mútuo	(a)	(a)	5.087	3.051
Passivo circulante (Nota Explicativa nº 10)				21.344	22.366

Resultado financeiro	2013	2012
Montgomery participações S.A.	1.340	1.170
Receita financeira (Nota Explicativa nº 15)	1.340	1.170
VT Cunha Participações Ltda.	885	888
Despesa financeira (Nota Explicativa nº 15)	885	888

(a) Contratos de mútuo não possuem vencimento e atualização monetária.

## 8 Investimentos

	2013	2012
Investimentos em participações societárias	238.136	201.795
Ágio	-	9.360
Ganho com compra vantajosa	(16.339)	(16.339)
	221.797	194.816

Empresa	2012	Equivalência patrimonial	Aquisição (baixa)	Distribuição de lucros	% de participação da Companhia		
					2013	2013	2012
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	136.600	57.089	-	(19.600)	174.089	49,00%	49,00%
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	4.162	5.845	(1.819)	(2.450)	5.738	49,00%	49,00%
Montgomery Participações S.A.	17.615	10.275	215	(3.500)	24.605	50,00%	50,00%
TVO Publicidade S.A.	(1.035)	(951)	-	-	(1.986)	20,79%	20,79%
Twice Investimentos e Participações Ltda. (a)	196	(261)	154	-	89	49,00%	80,00%
Banco Luso Brasileiro S.A. (b)	23.068	811	(23.879)	-	-	22,33%	21,41%
Comercial de Veículos Divena Ltda.	12.404	(1.542)	-	-	10.862	36,00%	36,00%
Divena Litoral Veículos Ltda.	5.277	(1.080)	-	-	4.197	36,00%	36,00%
RC Participações S.A. (b)	1	(15.281)	34.042	-	18.762	66,67%	66,70%
CLA Adm. e Participações Ltda.	3.507	595	-	-	4.102	36,00%	36,00%
Centro Administrativo Caio Ltda.	-	(4)	49	-	45	49,00%	0,00%
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	-	355	25	-	380	49,00%	0,00%
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	-	185	1.819	-	2.004	49,00%	0,00%
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	-	(7.960)	3.265	-	(4.695)	17,65%	0,00%
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	-	(203)	147	-	(56)	49,00%	0,00%
	<u>201.795</u>	<u>47.873</u>	<u>14.018</u>	<u>(25.550)</u>	<u>238.136</u>		

Empresa	Quotas/Ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Quotas / ações	Quotas / ações										
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	73.500.000	24.500.000	49,00%	49,00%	705.898	520.745	350.614	241.969	355.284	278.776	116.508	70.399
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	341.040	341.040	49,00%	49,00%	14.738	13.984	3.026	5.488	11.712	8.496	11.928	10.827
Centro Administrativo Caio Ltda.	49.000	-	49,00%	0,00%	344	-	252	-	93	-	(7)	-
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	245.000	-	49,00%	0,00%	1.380	-	605	-	775	-	725	-
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	49.000	-	49,00%	0,00%	8.702	-	4.612	-	4.090	-	377	-
RC Participações S.A. (b)	34.042.700	50.000	67,00%	67,00%	28.002	-	-	-	28.002	-	(22.805)	-
Montgomery Participações S.A.	17.829.604	12.184.208	50,00%	50,00%	50.462	62.541	1.254	27.312	49.208	35.229	20.549	9.560
Banco Luso Brasileiro S.A. (b)	-	1.164.006	0,00%	21,41%	518.482	524.812	475.075	417.065	43.407	107.747	(62.655)	(5.133)
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.	5.335.754	5.335.754	17,65%	17,65%	162.690	40.863	189.291	42.535	(26.601)	(1.672)	(42.627)	(2.473)
TVO Publicidade S.A.	1.637.180	1.637.180	20,79%	20,79%	9.864	10.125	19.414	15.102	(9.550)	(4.977)	(4.572)	(7.338)
Twice Investimentos e Participações Ltda. (a)	490.000	80.000	49,00%	80,00%	194	233	13	(12)	181	245	(533)	(181)
Comercial de Veículos Divena Ltda.	5.307.248	5.307.248	36,00%	36,00%	167.521	164.993	137.352	130.540	30.169	34.453	(4.284)	2.554
Divena Litoral Veículos Ltda.	1.697.238	1.697.238	36,00%	36,00%	239.037	60.496	227.376	45.834	11.661	14.662	(3.001)	453
CLA Adm. e Participações Ltda.	2.387.092	10.800	36,00%	36,00%	11.451	9.802	55	60	11.396	9.742	1.654	1.464
CPA Centro de Processamento de Alumínio Ltda.	245.000	-	49,00%	0,00%	224	-	338	-	(114)	-	(414)	-

(a) Em 01 de março de 2013 a houve a cessão de 310.000 quotas de participação societária na investida Twice Investimentos e Participações Ltda. reduzindo a participação da Companhia de 80,0% para 49,0%.

(b) Em 10 de outubro de 2013 houve um aporte de capital na investida RC Participações S.A. por meio da transferência do investimento que a Companhia detinha no Banco Luso Brasileiro S.A. Assim, a participação da Companhia que era diretamente na investida Banco Luso Brasileiro S.A., passou a ser indireta por meio da investida RC Participações S.A.

## 9 Imobilizado

	Vida útil (anos)	2013			2012
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	60.169	(4.111)	56.058	-
		<u>60.169</u>	<u>(4.111)</u>	<u>56.058</u>	<u>-</u>

Em abril de 2013 foi adquirida uma aeronave nova Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger no valor de R\$ 60.169, cujo montante está alienado ao Banco Bradesco Leasing S.A por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo:

- Viabilizar viagens a novos negócios e investimentos pelos diretores;
- Reuniões no exterior onde a Holding possui investimentos financeiros (por exemplo, Banque Privee Espirito Santo);
- Viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Brasil, CAIO México, CAIO Chile); e
- Boa impressão e imagem associadas a excelência dos produtos serviços do Grupo Ruas e suas “marcas” (Holding Ruas, CAIO Induscar).

As principais coberturas da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$ 30 milhões), danos pessoais (US\$ 25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$ 150 milhões).

**a. A movimentação do custo do imobilizado no exercício de 2013 está demonstrada no quadro abaixo**

	Aeronave	Total
<b>Custo</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 20123	-	-
Adições	<u>60.169</u>	<u>60.169</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>60.169</u></u>	<u><u>60.169</u></u>

**b. A movimentação da depreciação no exercício de 2013 está demonstrada no quadro abaixo**

	Aeronave	Total
<b>Depreciação</b>		
Saldo em 1º de janeiro de 20123	-	-
Adições	<u>(4.111)</u>	<u>(4.111)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>(4.111)</u></u>	<u><u>(4.111)</u></u>

## 10 Empréstimos e financiamentos

### Circulante

#### Financiamentos para aquisição de ativo permanente

Banco	Modalidade	Garantia	Encargos	Mês de Vcto	2013	2012
Bradesco Leasing S.A	Leasing	Aval	0,2356% a.m.	24/04/2018	11.526	-

#### Empréstimos de capital de giro

Banco	Modalidade	Garantia	Encargos	Mês de Vcto	2013	2012
Banco Safra S.A	CCB	Outras-CCB	CDI+0,25%am	18/02/2013	-	3.640
Banco do Espírito Santo	CCB	Aval	100% CDI+2,5%aa	22/11/2013	21.034	22.210

<b>Total de empréstimos bancários com terceiros</b>					<u>32.560</u>	<u>25.850</u>
Empréstimos partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7)					<u>21.344</u>	<u>22.366</u>
<b>Total passivo circulante</b>					<u>53.904</u>	<u>48.216</u>

### Não circulante

#### Financiamentos para aquisição de ativo permanente

Banco	Modalidade	Garantia	Encargos	Mês de Vcto	2013	2012
Bradesco Leasing S.A	Leasing	Aval	0,2356% a.m.	24/04/2018	43.002	-

<b>Total passivo não circulante</b>					<u>43.002</u>	<u>-</u>
-------------------------------------	--	--	--	--	---------------	----------

Os contratos desses empréstimos não possuem cláusulas restritivas, covenants ou outros dessa natureza.

## 11 Outras contas a pagar

	2013	2012
Valor a pagar referente à compra de participação societária das empresas Divena Litoral Ltda. e Divena Comercial de veículos Ltda.	3.900	5.837
Outras contas a pagar	<u>193</u>	<u>88</u>
	<u>4.093</u>	<u>5.925</u>

## 12 Contingências

Conforme informações prestadas pelos assessores jurídicos, não existiam contingências classificadas com probabilidade provável perda em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

### Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2013, existia um processo avaliado pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível para qual não há provisão constituída. Esse processo compreende a reclamação de despesas relacionadas à constituição do projeto Banco Aliança (Caruana), cuja projeto de aquisição não se concretizou, tendo como contra parte um dos sócios que estavam conduzindo o projeto.

Por decisão das partes envolvidas, foi eleita uma câmara arbitral, na FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo para julgamento, onde até a data de emissão das demonstrações financeiras, o montante total reclamado é de R\$ 54.252, sendo cabível para a Companhia como uma das partes, o montante de R\$ 18.084.

## 13 Patrimônio líquido

### Capital social

Conforme registrado na JUCESP em 16 de dezembro de 2013, os acionistas deliberaram o aumento de capital, o qual se encontra totalmente integralizado, passando de R\$ 30.000 para R\$ 75.000 mediante a emissão de 45.000 novas ações, no valor de R\$ 10,00 cada uma. O aumento de capital deliberado foi integralizado pelos acionistas, na proporção de suas participações detidas no capital social da Companhia, mediante utilização da reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2013, as ações e o capital social estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação no capital em reais	Participação %
Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz	2.500.000	25.000	33%
Paulo José Dinis Ruas	2.500.000	25.000	33%
Marcelo Dinis Ruas	2.500.000	25.000	33%
	<u>7.500.000</u>	<u>75.000</u>	<u>100%</u>

### Reserva legal

A reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

### Reserva de retenção de lucros

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 175.211 (R\$ 180.959 em 2012) referente à reserva de retenção de lucros que deverá ser destinada na próxima Assembleia Geral Ordinária, de acordo com o estabelecido no artigo nº199 da Lei 6404/1974 e atualizações.

### Dividendos

O estatuto da Companhia é omissivo com relação ao dividendo mínimo obrigatório, sendo assim foi calculado a base de 50% sobre o lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, ou seja, em 31 de dezembro de 2013, o montante de dividendo é de R\$ 17.465 (R\$ 21.787 em 2012).

## 14 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Despesas com depreciação	(4.111)	-
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(2.952)	(126)
Comissões de fiança	(1.527)	(1.513)
Despesas com pessoal	(509)	(42)
Despesas com manutenção de aeronave	(520)	-
Outras	(525)	(150)
	<u>(10.144)</u>	<u>(1.831)</u>

## 15 Resultados financeiros

	2013	2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	10.205	10.196
Juros sobre empréstimos	-	543
Juros sobre mútuos (Nota Explicativa nº 7)	1.340	1.170
Outras	249	648
	11.794	12.557
<b>Despesas financeiras</b>		
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(479)	(779)
Perdas em investimentos financeiros	(4.844)	(4.907)
Juros sobre empréstimos	(2.724)	(1.034)
Juros sobre mútuos (Nota Explicativa nº 7)	(885)	(888)
Outras	(3.046)	(785)
	(11.978)	(8.393)

## 16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.768	46.471
Equivalência patrimonial	(47.873)	(44.079)
Base de cálculo	(11.105)	2.392
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	3.776	(813)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	263
Outras adições e exclusões	(761)	(60)
Créditos fiscais não constituídos	(3.015)	-
Efeito da dedução dos R\$ 240	-	6
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(604)
Alíquota efetiva	-	1,22%

## 17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

**a. Gerenciamento de risco financeiro**

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Empréstimos	96.685	53.683	43.002
Dividendos	17.465	17.465	-
Outras a pagar	4.093	4.093	-

**c. Risco de moeda**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia está sujeita principalmente ao risco de moeda nas aplicações financeiras *bonds* (debêntures) denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$), A moeda na qual estas transações são denominadas refere-se ao Euro.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.



***Análise de sensibilidade ao risco de moeda***

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais a Companhia está exposta em seus direitos em moeda estrangeira na data base de 31 de dezembro de 2013, foi utilizada a análise de sensibilidade considerando a variação em quatro cenários de possível exposição.

Desta forma, foi apurado o efeito esperado no resultado da Companhia, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos dos contratos programados para um ano.

		<u>Cenários</u>				
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>Risco</b>	<b>I - Provável</b>	<b>II - 25%</b>	<b>III - 50%</b>	<b>IV - 25%</b>	<b>V - 50%</b>
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	Euro	10.282	2.571	5.141	(2.571)	(5.141)
		<u>10.282</u>	<u>2.571</u>	<u>5.141</u>	<u>(2.571)</u>	<u>(5.141)</u>

**d. Risco de taxa de juros**

***Análise de sensibilidade***

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras e que são demonstradas através da análise de sensibilidade abaixo:

			<u>Cenários</u>					
<b>Exposição patrimonial</b>	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Taxa de juros efetiva em 2013</b>	<b>I - Provável</b>	<b>II - 25%</b>	<b>III - 50%</b>	<b>IV - 25%</b>	<b>V - 50%</b>
<b>Ativos financeiros</b>								
Banco Safra	14.411	Variação do CDI	9,77%	1.408	352	704	(352)	(704)
Banco Citibank	36.147	Variação do CDI	9,77%	3.532	883	1.766	(883)	(1.766)
Banco Luso Brasileiro	3.415	Variação do CDI	9,77%	334	83	167	(83)	(167)
				<u>5.274</u>	<u>1.318</u>	<u>2.637</u>	<u>(1.318)</u>	<u>(2.637)</u>
<b>Exposição patrimonial Passivos financeiros</b>								
Banco do Espírito Santo	21.034	Variação do CDI	9,77%	2.055	514	1.028	(514)	(1.028)
				<u>2.055</u>	<u>514</u>	<u>1.028</u>	<u>(514)</u>	<u>(1.028)</u>

***Gestão do capital***

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital cuja medida de avaliação é definida como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente a administração de capital durante o ano.

A Companhia não está sujeitas às exigências externas impostas de capital.

***Classificação dos instrumentos financeiros***

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	64.255	66.881
Títulos e valores mobiliários	9.450	10.957
	73.705	77.838
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	376	140
Empréstimos - partes relacionadas	15.158	13.551
Outras contas a receber	4.073	2.390
	19.607	16.081
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Outros investimentos	-	5
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	96.906	48.216
Dividendos	17.465	21.787
Outras contas a pagar	4.093	5.925
	119.272	75.928

***Mensuração do valor justo***

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

- **Empréstimos** - São passivos com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Aplicações financeiras** - conforme Nota Explicativa nº 5, referem-se a aplicações em Cédula de Crédito no exterior referenciada em *bonds* (debêntures) com renda fixa de diversas empresas, e

em papéis nacionais de renda fixa, lastreados em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

- **Títulos e valores mobiliários** - conforme Nota Explicativa nº 6, referem-se a ações com cotação em bolsa de valores.
- **Outros investimentos** - referem-se a investimentos mantidos pelo método do custo.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Aplicações financeiras	64.255	64.255
Títulos e valores mobiliários	9.450	9.450
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	376	376
Empréstimos - partes relacionadas	15.158	15.158
Outras contas a receber	4.073	4.073
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Empréstimos	96.906	96.685
Dividendos	17.465	17.465
Outras contas a pagar	4.093	4.093

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado nos seguintes níveis:

	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações financeiras	10.282	53.973	-
Títulos e valores mobiliários	9.450	-	-

## 18 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre os seguintes valores-base:

a.	Prejuízos fiscais	11.181
b.	Base negativa de contribuição social	11.181

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

## 19 Prazo de prescrição dos impostos e contribuições e obrigações acessórias

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

## 20 Compromisso de compra de investimento e garantias prestadas

A APMR Investimentos e Participações Ltda. detém 50% das ações da Montgomery Participações S.A, que por sua vez participa com 30% na Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Concessionária).

A Concessionária possui o seguinte controle acionário:

Empresas	Participação %
Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR).	58,00%
Montgomery Participações S.A.	30,00%
Mitsui & Co Ltd.	10,00%
Benito Roggio Transporte S.A.	1,00%
RATP Development S.A.	1,00%

Uma das condições estipuladas no edital desta licitação, ocorrida em 2006, era que a Concessionária deveria apresentar uma garantia, na forma prevista em lei, com o objetivo de assegurar as obrigações assumidas através do Contrato de Concessão assinado em 29 de novembro de 2006.

Há um seguro-fiança emitido pelo Banco Bradesco S/A em 29 de novembro de 2010 em substituição à garantia anterior (seguro-garantia da J.Malucelli Seguradora), no valor de US\$ 30.000 (equivalentes a R\$ 70.260, convertidos à taxa de 2,3420 em 31 de dezembro de 2013). Esta garantia tem a APMR como tomadora, e como segurado o IDB (Interamerican Development Bank), sendo renovada em 29 de novembro de 2013 e com vencimento em novembro de 2014, e constitui-se de cessão fiduciária de ações que estão apresentadas no grupo "Títulos e Valores Mobiliários" destacado na nota explicativa nº 6.

## 21 Eventos subsequentes

Em agosto de 2014 o Banco Espírito Santo, sediado em Portugal, apresentou problemas financeiros que acarretaram na intervenção por parte do governo português e da Comissão Europeia. A Companhia possui aplicações financeiras em *bonds* (debêntures) de variadas

companhias, as quais estão sob custódia do Banque Privee Espirito Santo na Europa. Entretanto, tais aplicações apresentam liquidez e não oferecem risco à Companhia, pois não são títulos de emissão do banco ora em intervenção. Desta forma, a administração da Companhia não espera incorrer em nenhum tipo de perda em relação à realização dessas aplicações financeiras.

\* \* \*

Marcelo Dinis Ruas  
Diretor Geral

Paulo José Dinis Ruas  
Diretor Geral

Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz  
Diretora Geral

Lilian Aparecida de Souza Campos  
Contadora  
CRC1SP189.224/O-0